

## VOZES DISSONANTES: UMA REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DA POBREZA NO PROCESSO EDUCACIONAL

### *DISSONANT VOICES: A REFLECTION ON THE IMPACT OF POVERTY ON THE EDUCATIONAL PROCESS*

Jailton Gonçalves Prates.<sup>1</sup>  
Angela Maria Moura Costa.<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como escopo discutir as relações entre a pobreza, a desigualdade social e a educação, uma vez que esta é um direito de todos(as). Sob esse prisma, surge a discussão acerca da escola da acolhida e a do conhecimento, bem como a forma como o tema da pobreza aparece nos currículos formais e é discutido/trabalhado. A abordagem ao objeto de estudo é qualitativa e os procedimentos metodológicos incluíram a revisão de literatura e observação participante da prática docente. Para isso, aborda as categorias pobreza e educação, discute a pobreza e a desigualdade como violações dos direitos humanos e, por fim, debate a escola da acolhida e a escola do conhecimento. Conclui-se que a falta de acesso a uma educação de qualidade perpetua o ciclo de pobreza e desigualdade, prejudicando o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos e comunidades.

**Palavras-chave:** Educação, Pobreza, Desigualdade Social.

265

#### ABSTRACT

*This article aims to discuss the relationships between poverty, social inequality, and education, considering that education is a right for everyone. From this perspective, the discussion about the school of welcome and the school of knowledge comes to the fore, as well as how the topic of poverty appears in formal curricula and how it is discussed/handled. The approach to the object of study is qualitative and the methodological procedures included a literature review and participant observation of teaching practice. To achieve this, the article examines the categories of poverty and education, discusses poverty and inequality as violations of human rights, and finally debates the school of welcome and the school of knowledge. It concludes that the lack of access to quality education perpetuates the cycle of poverty and inequality, hindering the personal and social development of individuals and communities.*

**Keywords:** Education, Poverty, Social Inequality.

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Especialização em Interfaces entre Estudos Literários e Linguísticos pela UNICENTRO. Graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNICENTRO. Bacharelado em Teologia pelo Centro Interdiocesano de Teologia de Cascavel. e-mail: pratesjg@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. e-mail: angelacosta@unicentro.br.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Milhões de pessoas ao redor do mundo vivem abaixo do limiar internacional da pobreza (US\$ 1,90 por dia). Todavia, falar de pobreza não é só falar de falta de recursos ou de formas de prover à subsistência. A pobreza se manifesta na insegurança alimentar, na desnutrição, no não acesso à saúde e/ou saneamento básico, na discriminação social, na exclusão e, principalmente, no acesso limitado ou precário à educação, dado que a educação é um direito humano e deve ser gratuita, inclusiva e plural, sob a responsabilidade do Estado e da família.

O presente artigo tem como objetivo discutir as relações entre a pobreza, a desigualdade social e a educação, uma vez que esta é um direito de todos(as), um direito humano. Entretanto, o acesso à escola por parte das parcelas mais vulnerabilizadas da população brasileira é algo recente. A educação, enquanto direito humano, deve ser gratuita, de qualidade, inclusiva e plural, sendo o Estado responsável por ofertá-la e a família deve ajudar nessa empreitada. Campos (2003) fala em direitos de integração, ou seja, o indivíduo não deve depender de um programa de transferência de renda para acessar a educação ou nela permanecer, pois ele, enquanto cidadão, tem direitos, que devem ser respeitados e zelados, seja pelo Estado ou pela sociedade. A educação deve ir além da mera inserção do(a) estudante no ambiente escolar, ela deve contribuir para o enfrentamento da pobreza, compreensão da realidade que cerca o ambiente escolar, formação intelectual, humana, social e cultural, a fim de que o sujeito possa articular-se e emancipar-se.

Trata-se de um olhar qualitativo (Minayo, 1994) para o objeto de estudos. Sendo que, os principais procedimentos metodológicos são: a) estudo de referenciais bibliográficos (Marconi; Lakatos, 2003) e observação participante (Gil, 2008). O primeiro foi realizado durante as aulas do curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado na modalidade EAD pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Polo de Apoio Presencial de Guarapuava-PR. E o segundo procedimento foi a observação participante, que

[...] consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo

menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 2008, p. 103).

Ela emergiu da prática didática no chão vida que se alarga dentro da sala de aula, uma vez que atuamos há 14 anos com a docência no Nível Fundamental, séries finais e Nível Médio, tanto no âmbito público quanto privado, o que permite uma comparação sobre dois modelos de educação e quais são seus objetivos.

Nesse sentido, a primeira seção discute algumas imagens que emergem a partir da discussão tensionada entre Pobreza e Educação e quais suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. A segunda seção, por seu turno, discute a pobreza e a desigualdade como violação dos direitos humanos. A terceira seção, apresenta e discute a escola da acolhida e a escola do conhecimento, quais são suas implicações dentro do cenário escolar brasileiro. Essa discussão traz à baila um binômio cruel que nos faz pensar que não descolonizamos a nossa educação em pleno século XXI. Por fim, a última seção apresenta e debate como a questão da pobreza aparece nos currículos formais (de maneira especial no currículo da rede estadual do Paraná) e quais as suas implicações práticas na área educacional, uma vez que quando se fala em pobre ou pobreza, sempre se pensa na questão material e no pobre como uma estatística e uma possível massa de manobra que, no tempo propício, renderá votos para os políticos e formará uma mão de obra barata, sempre disponível e dócil.

## 1. POBREZA E EDUCAÇÃO: IMAGENS EM ROTAÇÃO

A palavra pobreza está presente nos discursos que nos circundam. As religiões discursam acerca do pobre e da pobreza; os políticos, igualmente, enchem a boca para falar deste assunto; os intelectuais também falam dela e as organizações nacionais e internacionais também a citam em muitos de seus discursos. De acordo com Pereira (2006), a pobreza é um fenômeno que cresce, dependendo das crises do capitalismo em cada fase histórica. Entretanto, a pobreza não é algo recente, invenção da Modernidade, mas é um dos fenômenos mais antigos

da humanidade, como também antigas são as iniciativas para o seu controle ou erradicação. Nesse sentido, pode-se falar em pobreza espiritual, cultural, intelectual e material. Todavia, é difícil apresentar uma definição sobre ela. O que se pode fazer é discutir sobre o que é a pobreza.

Comumente, a pobreza é vista como a privação dos bens materiais, ou seja, o indivíduo, que está vivendo em situação de pobreza, não tem acesso à alimentação adequada, indumentária, moradia e bem-estar social. Isto porque esse sujeito está à margem da riqueza que é produzida por meio do trabalho no sistema capitalista. Porém, a pobreza não se restringe somente às privações materiais, mas precisa ser vista também “[...] como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda [...]” (Sen, 2000, p.109). Portanto, para o contexto deste singelo artigo, este fenômeno tem a sua dimensão psicológica e humana, que é a privação do acesso à educação de qualidade e à cultura, deixando o sujeito invisível e sem voz. Ressalta Sen (2000), que isso não nega o fato de que a baixa ou ausência de renda é a causa principal da pobreza. Nesse sentido, é fundamental analisar a pobreza a partir da sua multiplicidade de fatores que formam o fenômeno em si. Assim, a pessoa que está em situação de pobreza acaba por se sujeitar ao domínio e à exploração que aqueles que detêm poder, a influência e o dinheiro lhes impõem. E assim se mantêm uma sociedade de desiguais.

A pobreza também é, amiúde, vista sob o viés da criminalização e da moralização, relegando o sujeito em condição de pobreza à indolência. A criminalização da pobreza, tão em voga atualmente, tem suas raízes fincadas no processo de escravização no Brasil colônia (Salomão, 2021). Diante deste contexto, a pobreza não deve ser vista como problema individual ou moralizante, beirando ao senso comum: *“é pobre porque não quer trabalhar, pois emprego tem”*... *“é pobre porque prefere receber ajuda do governo”*... A pobreza deve ser vista a partir de suas raízes, profundas em nossa sociedade, tais como: a “[...] exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que as impedia de ter consciência dos próprios problemas e necessidades” (Schwartzman, 2004, p. 13). Portanto, pensar a pobreza é pensar na sociedade amalgamada, amarrada a interesses políticos e econômicos. Pensar e discutir a pobreza é pensar nas situações de exploração, injustiça e desvalorização do ser

humano e não em criminalizá-la, vigiá-la e puni-la, como muitas vezes faz o Estado capitalista e sua necropolítica, que se dá ao direito de decidir quem deve viver e quem deve morrer (Mbembe, 2020).

Criminalizar, controlar e disciplinar as pessoas que vivem em situação de pobreza é um movimento sempre antigo e novo. Antigamente, controlavam-se os pobres por meio da moral, do braço caritativo do Estado e da religião. Atualmente, o controle (ou não) das pessoas em situação de pobreza passa pelas políticas públicas, que oferecem aquela migalha que é “[...] indispensável repartir, para desativar a compreensão do injusto mecanismo de espoliação” (Alayón, 1992, p. 116), que privilegia as oligarquias e os grandes grupos econômicos que ditam os rumos políticos, estruturais e sociais do nosso país. O aparato estatal continua sendo o aparato da burguesia, maximizando sua expressão na forma como o empresariado se apropria dos recursos e das estratégias para fazer crescer os seus negócios por meio do Estado (Souza, 2017).

A pobreza salta aos olhos e é um fenômeno crescente em todo o globo. E quais seriam as causas da pobreza? Essa pergunta é recorrente em vários discursos. E assim como é difícil definir a pobreza, também é difícil definir a sua causa ou causas. Há quem se pergunte se já houve uma sociedade de iguais, onde a pobreza fosse algo apenas no mundo das ideias. Nota-se que essa sociedade perfeita, ausente de pobreza, ainda é uma utopia, no sentido lato da palavra. A pobreza é uma expressão da desigualdade social, gerada, mantida e reforçada através do sistema de exploração capitalista (Cattani, 2010), cuja lógica é a da acumulação (por parte de uns poucos) da riqueza produzida pelos(as) trabalhadores(as) (Marx, 1983).

E no Brasil há um movimento grande por parte daqueles que detêm o poder em tornar a pobreza algo trivial.

A idéia (sic) de naturalização da pobreza, ideologicamente difundida pelos setores conservadores da sociedade capitalista, ganha relevância devido à própria complexidade da vida social. As idéias (sic) conservadoras sempre recorrem a fatos empíricos isolados para referendar suas assertivas (Costa, 2005, p. 174).

A desigualdade social, disposta em suas várias facetas (má distribuição de renda e de recursos, falta de investimentos em áreas como saúde, cultura, educação, falta de geração de renda, corrupção), gera muitos tipos de situação de pobreza e atinge principalmente aqueles que são mais vulneráveis. Salientamos que o Brasil tem um contingente enorme de pobres não por ser pobre em recursos, mas por possuir os fatores acima mencionados, concentração de renda e interesses econômicos de grupos que querem explorar os recursos naturais ao extremo, obtendo o máximo de lucro. A mesma lógica extrativista que deu a cara e o ritmo ao Brasil colonial ainda, de certa forma, persiste em nossos dias. Diante disso, “[...] a pobreza, enquanto fenômeno humano, resulta das decisões políticas e que essas decisões são tomadas a partir da racionalidade do capital” (Costa, 2005, p. 180), ou seja, as decisões políticas não levam em conta a realidade daqueles que padecem algum tipo de pobreza, mas sim a realidade dos grandes grupos econômicos. No entanto, no final das contas, são sempre os(as) trabalhadores(as) em condições mais vulneráveis que pagam a conta, uma vez que a carga de impostos maior incide sobre alimentação e vestimentas. E, geralmente, os governos são “generosos” com os grandes conglomerados econômicos, perdoando-lhes dívidas e dando-lhes inúmeras desonerações fiscais.

Diante do exposto, conhecer, ainda que sucintamente e dentro dos limites científicos e técnicos, o que é a pobreza, suas causas e sua perpetuação, real ou mítica, nos ajuda a compreender os processos educacionais no Brasil. Há uma diferença enorme no que tange ao processo educacional brasileiro, pois os ricos e a classe média conseguem “comprar” o tempo livre dos seus filhos, investindo pesado na construção do capital intelectual dessa fatia da sociedade, o que nos permite afirmar que a tão propalada “meritocracia” não passa de uma falácia, pois o filho do pobre concorre com o filho da classe média, da classe média alta e do rico partindo de realidades bem diferentes (Souza, 2017). Sendo bem irônico, estamos no mesmo mar, alguns de navio, outros de iate, outros de barco e outros de jangada. Infelizmente, aos(as) filho(as) da parcela da classe trabalhadora mais vulnerabilizada resta a escola pública, muitas vezes sucateada. E as políticas públicas educacionais não são esperançosas, pois vislumbra-se a focalização em padronização, plataformização, metas e estatísticas e não em

qualidade. Parece-nos que a escola, como outrora, continua sendo um *locus* de adestramento para o(a) trabalhador(a), treinando-o para o trabalho e a disciplina.

Por fim, conhecer a realidade e, por consequência, os(as) estudantes advindos(as) dela nos permite traçar metas, melhorar a educação, dentro dos limites do nosso capital humano e das estruturas que temos. E, principalmente, fazer com que a educação parta da realidade social, humana e cultural dos(as) estudantes despertando neles(as) a esperança e a autonomia, para que possam ser sujeitos sabedores dos seus direitos, buscando a construção de uma sociedade justa e equitativa. É preciso despertar o sonho e a esperança em nossos estudantes, pois como afirmava o mestre Paulo Freire, não há vida sem luta, sem sonho e sem esperança, dado que “A esperança é necessidade ontológica” (Freire, 1992, p. 5), ou seja, faz parte do nosso ser e ilumina o nosso existir.

## **2. POBREZA E A DESIGUALDADE: VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.**

Homens e mulheres são destinatários e titulares dos direitos humanos, ou seja, têm direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade, baluartes da Revolução Francesa (1789) que ressoam na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e também em nossa Constituição Cidadã (1988). Esses valores são a base de uma sociedade democrática, meritocrática e igualitária. “Pensar a relação entre a Educação e os Direitos Humanos exige que nos reconheçamos como filhas e filhos de um processo histórico que, no seu percurso, deixou marcas importantes que devem ser reconhecidas” (Mendonça, 2018, p. 466).

No que tange à igualdade, o texto de Erasto afirma que a dignidade humana, herança que nos é legada pelo nascimento, é o direito fundamental do qual decorrem os demais (Mendonça, 2018, p. 471). Nesse sentido, o Estado tem o dever de assegurar à coletividade condições mínimas de vida digna, respaldando-se em três dimensões: direitos sociais, econômicos e culturais. Os direitos sociais se referem à educação, moradia, trabalho, saúde e previdência. Aqui há que se ressaltar que esses direitos estão sendo alvo de ataques e de desmonte por parte do governo e dos grandes grupos econômicos.

Cabe, aqui, ressaltar que o governo deve salvaguardar e garantir ao(à) cidadão(ã) o acesso à educação e o direito a usufruir do patrimônio material e imaterial da nossa cultura. No entanto, o que se percebe é que, na prática, as pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social não têm acesso a essa produção cultural da sociedade, pois o que elas acessam é fruto da cultura midiática e das mídias sociais, ou seja, elas têm acesso ao que passa na televisão aberta, plataformas de *streaming* e nas redes sociais, conteúdos estes que nem sempre são “oásis” de cultura. Falar em acessar museus, cinemas, sítios arqueológicos e outros bens culturais é algo que está para além de suas possibilidades. No que tange à educação, percebe-se que os(as) estudantes mais vulnerabilizados acessam apenas a escola pública mais próxima de seu domicílio. E ao acessá-la este estudante depende, muitas vezes, da “caridade” da comunidade escolar para conseguir um uniforme usado, uma mochila, um calçado e, não raro, material escolar, quando este não é fornecido pelo Estado.

Além disso, percebe-se que mesmo no que concerne à escola pública há uma diferença no trato estrutural e material da mesma quando esta se localiza no centro ou na periferia. Por exemplo, na área central as escolas públicas têm uma estrutura melhor, tanto material, quanto humana, pois elas são mais visíveis. E para a máquina governamental, visibilidade é *marketing*. Ao passo que na periferia temos escolas feitas a partir de placas de pré-moldado, às vezes de madeira ou mistas, sem quadra coberta, mal iluminadas e com muitos outros problemas, apenas corroborando a desigualdade social que também está presente na geografia do espaço urbano.

Portanto, não garantir acesso a uma educação pública de qualidade que seja paritária, viola fortemente os direitos humanos e serve de sustentáculo para a desigualdade. Investir em educação é investir no futuro de um país. E é preciso investir em educação em direitos humanos.

Mais do que nunca a Educação em Direitos Humanos será, em nosso país, um instrumento tão fundamental para enfrentar os preconceitos, as violações de direitos e construir uma nova e renovada mentalidade sobre a importância da promoção e da garantia dos Direitos Humanos, especialmente se voltada para crianças, adolescentes e jovens em seus processos formativos de escolarização (Mendonça, 2018, p. 477).

O investimento em educação é investimento a longo prazo, que não deve ser projeto de partido X ou Y, mas sim um projeto da nação. É preciso, ainda, investir num projeto que forme um estudante pesquisador, que leia (e não apenas decodifique palavras) e se aproprie dos conteúdos básicos, faça inferências, tenha ciência dos seus direitos e deveres e faça leitura de conjuntura. É o ideal. Porém, entre o ideal e o real há a vontade política, desvios de recursos, brigas políticas e ideológicas, etc. E mesmo diante de tantos dilemas e sonhos, a educação continua sendo um desafio e uma esperança, um constante lutar e sonhar, pois o nosso material é o humano, que é prenhe de esperanças.

### 3. A ESCOLA DA ACOLHIDA SOCIAL *VERSUS* A ESCOLA DO CONHECIMENTO

O que se pretende nessa seção é apresentar, de maneira sucinta, o percurso da educação no Brasil até chegarmos ao ensino público e obrigatório no século XX, destacando dois modelos de escola: a da acolhida e a do conhecimento, uma dualidade extremamente cruel que se faz presente em muitos dos rincões do nosso país.

O trabalho educacional no Brasil sempre esteve ligado às elites, ou seja, àqueles que detêm o mando, seja econômico, moral ou intelectual. Na época do Brasil Colônia, a Europa vivia a expansão comercial da burguesia e as colônias eram a via de expansão comercial e a fonte de extração de diversos produtos que davam sustentáculo às indústrias e necessidades do velho continente. Aranha (1996) afirma que nesse contexto, a educação não é meta prioritária, pois a prioridade era abastecer o mercado e explorar as riquezas. No entanto, a sede do império continua a enviar missionários (franciscanos e jesuítas) para o trabalho de catequese e de educação. Em 1772 é implantado no Brasil o ensino público oficial e a partir daí “A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típico do ensino jesuítico, é modificado para sistema de *aulas régias* de disciplinas isoladas” (Aranha, 1996, p. 134).

O século XIX será um vetor decisivo para a mudança na perspectiva educacional. Com o advento da Revolução Industrial era necessário um sujeito instruído (ainda que minimamente)

e disciplinado. Essa instrução e disciplina são requisitos para o trabalho. E assim surge o ensino público, sob responsabilidade do Estado, com o intuito de criar uma nova ordem social, pautada no amor à pátria, secularização e moral rígida. A ideia da educação é posta como instrumento de salvação, redenção e progresso para a nação. Entretanto, Hilsdorf (2005) enfatiza que a educação no Brasil não chegava a todas as pessoas da sociedade, mas se tratava de ofertar educação como forma de instrução àqueles que a desejavam.

Como se nota, a educação sempre teve dois vieses, um voltado para as elites e outro para as massas. No século XX surgem os grupos escolares, restritos aos centros urbanos, já as áreas rurais continuam, em sua maioria, descobertas. A era Vargas (1930) cria um sistema escolar que tem por meta formar o cidadão-trabalhador, uma visão pedagógica excludente, pois a pessoa que vivia em situação de pobreza deveria aprender apenas para trabalhar. E, assim, a educação brasileira vai se construindo até chegarmos em 1988, quando a Constituição Federal, dita cidadã, afirma em seus artigos 205, 206 e 208 o seguinte:

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...].

**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (EC nº 14/96):

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II- progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- [...]
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. [...] (Brasil, 2005, p. 135-136).

Nesse sentido, Libâneo (2012) afirma que a luta pela escola pública obrigatória, gratuita e de qualidade para todos(as) os(as) cidadãos(ãs) é uma bandeira constante dos(as)

educadores(as) brasileiros ao longo de décadas. É interessante salientar a ideia de luta, quando isso deveria ser algo natural, ou seja, o acesso à educação pública e de qualidade deve abarcar a todos. O autor afirma ainda que dentro dessa luta tem se sobressaído as contradições entre quantidade e qualidade em relação ao direito à escola. E como foi visto acima, a escola, que deveria ser para todos, sempre foi utilizada como instrumento de “adestramento” para os(as) trabalhadores(as) mais vulnerabilizados, ou seja, nem todos tinham acesso à escola e aqueles que a acessavam, geralmente habitantes do espaço urbano, eram “treinados” para o trabalho e para a disciplina.

As elites continuavam a receber um ensino diferenciado, visando a emancipação, a cultura e o acesso às línguas estrangeiras, acessando, posteriormente, os cursos de graduação, o que lhes asseguraria melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, salários polpudos. Além disso, as elites têm condições de oferecer aos seus /suas filhos(as) o *otium* criativo e o capital intelectual. A escola que restou para a pessoa que vive em situação de pobreza, segundo Libâneo (2012), é aquela caracterizada por sua missão assistencial e inclusiva, muitas vezes beirando à caricatura no que concerne à inclusão social. Uma metáfora que não sai da mente é a da escola refeitório, ou seja, muitas crianças e adolescentes vêm até a escola para se alimentar. Prova disso é que, durante a Pandemia da COVID 19, muitas escolas, Brasil afora, ofertavam cestas básicas aos(às) alunos(as), cujas famílias estavam em situação de vulnerabilidade social. Libâneo (2012) é mordaz ao dizer que a ideia é apregoar índices de acesso à escola, sem se levar em consideração as desigualdades sociais do acesso ao saber, dentro e fora do espaço escolar. Nesse sentido, afirma veementemente Libâneo (2012, p. 23):

Ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens mínimas para a sobrevivência. Isso pode explicar o descaso com os salários e com a formação de professores: para uma escola que requer apenas necessidades mínimas de aprendizagem, basta um professor que apreenda um kit de técnicas de sobrevivência docente (agora acompanhado dos pacotes de livros didáticos dos chamados sistemas de ensino).

O que salta aos olhos na fala do pesquisador Libâneo (2012) é que se oferece aos (às)

trabalhadores(as) mais vulnerabilizados(as) uma escola “mágica”, com um arremedo de conhecimento. Num olhar mais pragmático, é uma espécie de “autoajuda” do governo para que esse estudante seja acolhido (passe quatro horas e meia por turno ou nove horas, quando integral) na escola e consiga um certificado de conclusão, o que, por si, não prova que ele, de fato, se apropriou dos conhecimentos básicos em cada etapa, pois o importante não é a qualidade, mas os números que integrarão as estatísticas e

[...] com apoio em premissas pedagógicas humanistas por trás das quais estão critérios econômicos, formulou-se uma escola de respeito às diferenças sociais e culturais, às diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem, de flexibilização das práticas de avaliação escolar – tudo em nome da educação inclusiva (Libâneo, 2012, p. 23).

Percebe-se, pois, que a escola de acolhida, ofertada às camadas mais vulnerabilizadas da população, continua sendo um *locus* de desigualdade social e manutenção de processos de exclusão social, que têm raízes antigas e profundas em nosso país. A ideia é instruir e não formar um estudante que pesquise, que leia e que produza conhecimento. Isso fica evidente se compararmos a estrutura das escolas privadas (onde os filhos da classe política, os filhos dos empresários e da classe média estudam) e as escolas públicas (destinadas aos pobres). Nas privadas temos quadras poliesportivas de ponta, com material esportivo de primeira, laboratórios de química, física e biologia equipados, biblioteca, sala de dança, refeitório, sala de estudos, laboratório de informática, salas equipadas com lousas digitais, sistema de áudio e vídeo, etc. Por outro lado, a grande maioria das escolas públicas (não se pode generalizar) carece de estrutura em todos os sentidos, e quando há uma sala sem goteira, com carteiras boas e um quadro bom e giz com fartura professores(as) e estudantes já estão felizes e satisfeitos.

Além disso, os filhos da elite e da classe média e classe média alta têm o privilégio do *otium*, ou seja, o tempo livre, comprado pelos seus pais, que é dedicado à aprendizagem de línguas (inglês, francês, etc.), robótica, artes marciais, dança, instrumentos musicais, etc (Souza, 2017). Por outro lado, os(as) estudantes que frequentam a escola pública, ajudam os pais no contra-turno, trabalham, ou percorrem distâncias enormes com o transporte, não lhes

sobrando tempo para atividades pedagógicas extras, ou não fazem tais atividades por pura falta de dinheiro. Sendo assim, a desigualdade é gritante e não há como falar em meritocracia ou iguais condições de concorrência entre essas classes. Logo, além do abismo que se instaura entre as classes sociais, percebe-se que a nossa escola não se descolonizou, pois continua a privilegiar alguns em detrimento de outra, isto é, a educação no Brasil ainda é dissonante e desigual.

#### 4. COMO A POBREZA E OS SUJEITOS SÃO TRATADOS NOS CURRÍCULOS FORMAIS?

Discutir-se-á nessa seção, de maneira sucinta, os conceitos *Jovem, Juventude e Pobreza* na Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2017, enfocando esses conceitos no nível do Ensino Médio. Concomitantemente, analisar-se-á os mesmos conceitos a partir do Referencial Curricular do Paraná, em sua versão preliminar, publicado em 2018, tendo como base a BNCC, onde o governo do Paraná expõe princípios, direitos e orientações para a educação em nosso Estado. Nesse sentido, o nosso escopo é analisar os conceitos supramencionados e perceber como eles se inter-relacionam ou não; e como eles auxiliam na construção de uma escola que seja, de fato, para todos(as) e com qualidade.

A BNCC, números 462 e 463, nos diz que o **jovem** não deve ser visto como mero adulto em formação, mas deve ser visto em sua totalidade, recebendo uma educação formal por parte da escola que faça dele sujeito autônomo e crítico, respeitando a pessoa humana, a cultura e primando pela criatividade e liberdade. O Referencial Curricular do Paraná, simplesmente retoma e confirma o que a BNCC apresenta sem acrescentar nada.

No que concerne ao conceito de **juventude**, a BNCC, ainda nos números 462 e 463, afirma que a juventude não é mero rito de passagem, tampouco restringe-se à questão biológica e nem pode ser vista como algo homogêneo ou cadenciado. A juventude, por seu turno, é plural e multicultural, e por isso precisa de uma formação dinâmica, crítica e autônoma, política e histórica. O Referencial Curricular do Paraná, por sua vez, não aborda especificamente o termo

juventude, mas somente o tema juvenil. E essa abordagem restringe-se ao trabalho com as competências, ou seja, o trabalho pedagógico em si e os conteúdos a serem apropriados pelos alunos.

O tema **pobreza**, por sua vez, não é encontrado, de maneira específica, nem na BNCC e nem no Referencial Curricular do Paraná. A BNCC, ao número 465, fala apenas em construir uma sociedade mais justa e democrática; e no número 558, afirma que é preciso analisar os territórios sociais e dentro deles os processos de exclusão social. O Referencial Curricular do Paraná, à página 31 e 32, fala das iniciativas do Estado em combater a desigualdade no século XIX e, atualmente, a necessidade de uma educação compensatória, sem expor maiores detalhes.

O que se pode perceber nos textos supramencionados e analisados é que o tema juventude e jovem tem um enfoque, ainda que breve, mas sem descer a fundo nas análises. E quem trabalha com educação, num país como o Brasil, que tem dimensões continentais, sabe que é preciso avançar às águas mais profundas no que concerne à temática jovem e juventude, que tem suas características, sua diversidade étnica, cultural, social e linguística, além da questão da identidade. Não há uma forma única que abranja a todos(as). Entretanto, o que mais assusta é que o debate sobre pobreza seja tão exíguo. No Brasil, esse debate é urgente, pois a desigualdade social é gigante e gritante.

No que concerne ao desenvolvimento de uma nação, não é possível falar em mudanças consistentes e duradouras sem passar pela educação. É mister que a educação no Brasil seja, de fato, prioridade e não moeda de troca política ou tema de debates e promessas em época de eleição. Todos os países que deram prioridade à educação de qualidade para todos(as) sem distinção, ocupam, hoje, o topo do desenvolvimento humano e tecnológico (alguns exemplos: Japão, Coreia do Sul, Suécia, Noruega, Finlândia, etc). Infelizmente, no Brasil, há dois tipos de escola: aquela que acolhe os filhos dos ricos e da classe média e média alta e aquela destinada às camadas mais vulnerabilizadas da população. Essas escolas, não raro, carecem de estrutura humana e física. Além disso, a escola pública serve amiúde como “adestramento” da mão de obra, ou seja, serve para formar o(a) trabalhador(a) dócil e com noções básicas de conhecimentos. Isso se torna público e notório quando percebemos que nos documentos que

norteiam a ação pedagógica e os conteúdos a serem discutidos não há clara menção ao tema pobreza.

O caminho para a mitigação da pobreza, mirando a equidade passa, necessariamente, pela oferta de uma educação pública de qualidade, com escolas munidas de estrutura adequada, material didático farto e variado, docentes e colaboradores animados, entusiasmados e respeitados pelo Estado e pela sociedade, salas menos “inchadas”. No Brasil de hoje esses elementos tão simples parecem utopia e postos em segundo plano, mas como dizia o poeta Gonçalves Dias, “A vida é luta renhida, que aos fracos abate, e aos fortes, só faz exaltar”. E quando tudo faltar a educação e a esperança serão os bastiões para a construção de uma sociabilidade plenamente emancipada (Tonet, 2005).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao findar esse singelo trabalho vem à baila a questão da desigualdade social atrelada à desigualdade educacional, tendo a pobreza como uma das expressões mais visíveis e contundentes. O acesso à educação é direito de todos(as) e dever do Estado. No entanto, sabemos que o interesse do Estado e seus mecanismos não é uma escola que torne o(a) estudante autônomo, leitor do mundo e da palavra e construtor do conhecimento (Freire, 2021). O interesse é outro: formar para o trabalho, “adestrar”, fornecendo os conteúdos básicos e, principalmente, produzindo dados estatísticos. No dizer de Libâneo (2012) oferece-se aos pobres uma escola “mágica”, com saberes mínimos e professores(as) que têm em suas mãos um kit de sobrevivência pedagógica. Em tempos pós-modernos, esses kits mágicos são as plataformas digitais de toda sorte que são utilizadas em sala.

Outro fator que chama a atenção é que nos documentos oficiais o foco está no conteúdo e nas competências/habilidades e pouco ou quase nada se fala em pobres ou pobreza. Nesse sentido, urge discutir a pobreza e a condição dos(as) estudantes que estão em situação de pobreza dentro de nossos currículos, pois o ser humano é o destinatário dos direitos humanos, que devem ser promovidos e salvaguardados pelo aparato estatal. Logo, o Estado tem o dever

de garantir a todos(as), sem exceção, condições dignas e não mínimas de vida, dentre essas condições, uma das mais importantes (quicá a mais importante!) é a educação, pois através dela todos(as) têm acesso ao conhecimento e quando o acesso é igual, as condições de crescimento humano, social e econômico também são iguais.

Em pleno século XXI, é sabido que muitas crianças e adolescentes têm o seu acesso “impedido” aos bancos escolares devido à situação de pobreza em que se encontram. E essa situação se desdobra em insegurança alimentar, violência doméstica, *bullying*, pobreza menstrual, trabalho infantil e tantas outras situações que fazem com o(a) estudante não consiga concluir o ciclo estudantil ou o faça de forma precária, sendo mais um na multidão daqueles que possuem um certificado, mas que, amiúde, não se apropriou dos conteúdos e saberes necessários ao mundo de hoje.

A relação entre educação, pobreza e desigualdade é fundamental para compreender os desafios enfrentados na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. A falta de acesso a uma educação de qualidade perpetua o ciclo de pobreza e desigualdade, prejudicando o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos e comunidades. A educação é um poderoso instrumento para combater a pobreza, pois proporciona oportunidades de emprego, desenvolvimento de habilidades e ampliação de horizontes. No entanto, a disparidade na qualidade e disponibilidade de educação entre diferentes grupos sociais amplia as desigualdades existentes, reforçando privilégios e perpetuando injustiças. Investir em educação inclusiva e equitativa é essencial para romper com esse ciclo vicioso e promover um ambiente propício para o desenvolvimento humano e social. A educação é a chave para a redução da pobreza e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, investir em educação não é despesa, é investimento. É pensar no futuro da nação em todos os sentidos. E na atual conjuntura a educação, tão sucateada em muito rincões, e tão maltratada por discursos políticos, corrupção, cortes de verbas, etc, é a única via de mudança real de um país, pois ela é prenhe de esperança e seu material é o ser humano, que é contraditório, mas anseia um mundo melhor.

No que concerne à educação é preciso assegurar, através de ações governamentais, como

proteção social, o acesso pleno e igualitário dos estudantes ao processo educacional, não obstante os desafios: pobreza, desnutrição, insegurança alimentar, pobreza menstrual, violência física e moral, além de tantos outros obstáculos. A educação é semente de esperança em sujeitos melhores que, sabedores de seus direitos, poderão transformar o mundo. É preciso esperar!

## REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** Tradução de Balkys Villalobos de Neto. São Paulo: Cortez, 1992.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Ensino Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category\\_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso 10 jun. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza**. Revista Brasileira de Educação, núm. 24, set -dez, p. 183-191. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/q99Ccf5RrLHQJBCRFnXndVy/?format=pdf> Acesso em: 10 de abr.2024.

CATTANI, Antônio David (Org). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. (Tradução do espanhol por Ernani Ssó). Porto Alegre: Zouk, 2010.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social**. In Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 69ª Edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed – São Paulo: Atlas, 2008.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira.** São Paulo: Thompson, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf> Acesso 11 jun. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** (Tradução Renata Santini). São Paulo: n-1 edições, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Desafios à Educação em Direitos Humanos no Brasil após a Constituição 1988.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 24, p. 465-479, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/905/pdf>. Acesso 13 jun. 2019.

282

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 10º ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.** Paraná, 2018.

PEREIRA, Camila Potyara. **A pobreza, suas caudas e interpretações: destaque ao caso brasileiro.** In.: Revista Ser Social. (nº 18, p.229-252 – jan/jun). Brasília, 2006. Disponível em [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12996](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12996) Acesso em: 10 de abr.2024.

SALOMÃO, Saulo Salvador. **Calabouços da miséria: uma análise crítica sobre a criminalização da pobreza no Brasil.** Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** (Tradução Laura Teixeira Motta); revisão Ricardo Doniselli Mendes). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. 1 – Séculos XVI – XVIII. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

---

Submetido: 10/04/2024

Aprovado: 17/08/2024